

***Reduções sistemáticas nos valores pagos pelas operadoras por consultas e procedimentos expõe a população a riscos***

As perdas dos médicos que atuam no setor de saúde suplementar já acumulam 20% no período entre 1996 e 2016. Esse indicador é fruto de reajustes sistemáticos abaixo da inflação, diminuindo o valor pago por consultas e procedimentos, expondo a população a uma queda na qualidade do serviço recebido.

Para buscar uma saída para essa situação, o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), em parceria com a Associação Paulista de Medicina (APM), o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) e a Academia de Medicina de São Paulo, realizou na noite de ontem (22) uma assembleia para discutir pauta de reivindicações da categoria que devem ser apresentadas às operadoras de planos de saúde.

A pauta de reivindicações que será apresentada para as empresas de planos de saúde tem como principais pontos o reajuste de honorários e procedimentos com a recuperação das perdas acumuladas, assim como o combate à redução de reajuste por fator de qualidade, proposto pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Segundo o presidente do Simesp, Eder Gatti, é fundamental que as entidades se unam também para acompanhar o processo da contratualização realizada entre médicos e operadoras, avaliando esse vínculo como relação de trabalho.

“A lei 13.003/14, proposta pela ANS, impôs a obrigatoriedade de contratos por escrito e detalhados entre as operadoras e os prestadores de serviço, mas dificultou a negociação, obrigando médicos a negociar individualmente. Nós reconhecemos uma relação de trabalho entre essas partes, o que torna necessária uma negociação coletiva, nos moldes das sindicais, recorrendo inclusive ao Ministério do Trabalho e Emprego quando necessário”, afirma Gatti.

Com a pauta aprovada na assembleia, as entidades poderão negociar em uníssono, fortalecendo o debate com as operadoras de saúde pela reposição das perdas acumuladas.

“As empresas devem ser convidadas para negociação a partir da próxima semana. Pela lei, elas devem determinar o reajuste até o dia 31 de março. Seguiremos mobilizados para que os médicos não paguem a conta pela crise econômica”, finaliza.

**Fonte:** RS Press, em 23.02.2016.